



COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CASTANHA-DO-BRASIL

asena@cpatu.embrapa.br

APRESENTAÇÃO ORAL-Comércio Internacional

JAIR CARVALHO DOS SANTOS¹; ANA LAURA DOS SANTOS SENA²; CARLOS IVAN LIMA DA ROCHA³.

1,2. EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, BELÉM - PA - BRASIL; 3. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ, BELÉM - PA - BRASIL.

COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CASTANHA-DO-BRASIL

Grupo de pesquisa: **Comércio Internacional**

RESUMO

Este artigo analisa o desempenho competitivo do Brasil e outros países no comércio internacional da castanha-do-brasil. O desempenho competitivo dos países exportadores foi caracterizado, em uma abordagem *ex-post*, associando a posição competitiva dos mesmos à sua posição no mercado internacional, utilizando-se indicadores de desempenho absoluto e relativo para caracterizar a trajetória de exportação desses países, no final século XX e início do novo século. Com base nas quantidades exportadas de castanha-do-brasil *in natura*, castanha-do-brasil desidratada com casca e castanha-do-brasil desidratada sem casca foi calculada a Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do Brasil, da Bolívia e do Peru, principais exportadores primários desses produtos. Os resultados do estudo mostraram que o desempenho competitivo do Brasil nesse mercado tem sido declinante e que a Bolívia apresentou vantagens comparativas muito superiores ao Brasil e ao Peru, no período analisado, substituindo o Brasil como principal fornecedor mundial.

Palavras-chave: Castanha-do-brasil; Competitividade; Vantagem Comparativa Revelada, Comércio Internacional.

ABSTRACT

This article analyzes the competitive performance of Brazil and other countries in the international trade of the Brazil nut. The competitive performance of the exporting countries was featured in an *ex-post* approach, combining the competitive position of those of its position in the international market, using indicators of absolute and relative performance to characterize the trajectory of export of these countries in the late century twentieth and beginning of new century. The quantities exported from the Brazil nut in nature, the Brazil nuts dried in shell and shelled Brazil nut was calculated Revealed Comparative Advantage (RCA) of Brazil, Bolivia and Peru, the main primary exporters of these products. The study results showed that the competitive performance of Brazil in this market has been declining and that Bolivia had comparative advantages far superior to Brazil and Peru, during the period analyzed, replacing Brazil as the world's leading supplier.

Key-words: Brazil-nut; Competitiveness; Revealed Comparative Advantage, International Trade

1. INTRODUÇÃO

A castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Humb. Bompl), conhecida no mercado nacional como castanha-do-pará, faz parte de um conjunto ou cesta de nozes ou castanhas que são comercializadas no mercado internacional. Essa cesta envolve um total de 14 tipos, das quais nove têm maior expressão no mercado (COLLINSON *et al.*, 2000). A Tabela 1 apresenta as principais castanhas produzidas e comercializadas mundialmente e suas produções em 2008. Além da castanha-do-brasil, produzida na Amazônia, o Brasil ainda tem grande participação como fornecedor de castanha de caju, oriunda de plantios localizados na região Nordeste.

Tabela 1. Produção mundial de castanhas comestíveis. 2008

Castanha Comestível	Produção – 2008 (toneladas)
Almonds (amêndoa – com casca)	2.112.815
Brazil nut (castanha-do-brasil – com casca)	78.231
Cashew nuts (castanha de caju – com casca)	3.720.306
Chestnuts	1.260.306
Hazelnuts (avelã – com casca)	1.052.001
Nut, nes	801.546
Pistachio (pistache)	566.963
Walnut (noz – com casca)	1.724.172

Fonte: FAO (2010).

No mercado mundial a castanha-do-brasil é denominada de *brazil nut* e tem a característica de ter sua produção oriunda de sistema extrativo, tendo em vista que a safra é quase totalmente coletada de árvores nativas da floresta amazônica. A quase totalidade das nozes é obtida de lavouras cultivadas.

A castanha-do-brasil é utilizada como ingrediente de alimentos processados como barras de chocolate, bolos, biscoitos, em *mix* de castanhas, *snacks* (aperitivos com castanha seca e salgada). É utilizada, ainda, nas indústrias de cosméticos, farmacêutica e de alimentos saudáveis e consumida como fruta seca, especialmente, em períodos festivos, como natal e dia de ação de graças nos Estados Unidos e no Reino Unido (COLLINSON *et al.*, 2000).

Para a Amazônia, o agronegócio da castanha-do-brasil é relevante, sobretudo pela coleta de castanha ser a mais importante atividade econômica para várias comunidades extrativistas da Região (SOUZA e FERREIRA, 2006). Adicionalmente, as etapas de transporte, comercialização e processamento de parte da produção primária aumentam a geração de renda e emprego na cadeia (MACIEL e REYDON, 2008).

Do ponto de vista econômico, a castanha é o principal produto extrativo não madeireiro da floresta amazônica. Apesar da pequena representatividade no conjunto das exportações brasileiras e dos estados amazônicos, a desestruturação dessa cadeia provoca redução de emprego nas indústrias de processamento da amêndoa e riscos ao sustento das famílias de comunidades extrativistas, que têm na coleta de castanha a principal fonte de renda.

A produção de castanha-do-brasil é quase totalmente oriunda de castanhais nativos da Amazônia e sob a ótica ambiental, a coleta de castanha é considerada como um dos elementos fundamentais de preservação da floresta amazônica. Problemas na produção ou na comercialização da produção extrativa induzem os extrativistas à derrubada de florestas para implantação de sistemas agrícolas e pecuários. A desestruturação da cadeia de produção certamente trará incrementos adicionais aos desmatamentos na Amazônia, no momento em que a sociedade brasileira e a comunidade internacional pressionam o governo brasileiro para maior preservação da mata amazônica.

O comércio internacional de castanha-do-brasil experimentou significativas transformações nas três últimas décadas do século XX. Essas mudanças resultaram de alterações tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta.

Uma das mudanças mais marcantes foi a substituição do Brasil pela Bolívia como principal fornecedor mundial. Os dois países juntamente com o Peru respondem por quase 100% da produção e exportações mundiais primárias (sem considerar as reexportações). Nas estatísticas internacionais, outros países aparecem eventualmente como reexportadores da castanha, como é o caso do Chile. A castanha-do-brasil é um dos produtos de comércio internacional originários de países não desenvolvidos e consumido predominantemente em países desenvolvidos. Os maiores consumidores são os Estados Unidos e a União Européia.

Nas ultimas quatro décadas, as exportações médias brasileiras de castanha vêm decrescendo progressivamente, em parte pela substituição de áreas de castanhais nativos por cultivos agropecuários e em parte pela ação de outros países produtores, que passaram a exportar diretamente para os países consumidores.

No Brasil, a perda de participação no mercado e problemas com exportações principalmente para a União Européia têm suscitado reações do setor industrial e de segmentos do governo para a tomada de medidas visando maior fortalecimento da cadeia produtiva e do setor exportador (FARIA, 2002; FERREIRA, 2002).

A falta de conhecimento dos mecanismos de ação dos fatores que interferem no desempenho da cadeia produtiva de castanha impedem a definição de ações que possam favorecer a maior eficiência e competitividade dessa cadeia, podendo ocorrer no futuro próximo, sua completa desestruturação, com efeitos econômicos, sociais e ambientais sobre os agentes participantes dessas atividades.

Esse contexto mostra a necessidade de se avaliar a competitividade e a eficiência da cadeia produtiva brasileira de castanha, considerando-se o cenário atualmente enfrentado pelos seus diferentes segmentos, e identificar os fatores que determinam a sua tendência.

Sabe-se que fatores internos e externos às agroindústrias interferem na competitividade internacional, havendo necessidade de analisá-los para identificar a direção e intensidade dessa interferência, para que se possa estabelecer as ações necessárias ao melhor desempenho da agroindústria e do país no comércio mundial. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi caracterizar o desempenho competitivo brasileiro no comércio internacional de castanha-do-brasil, com base em cálculo da Vantagem Comparativa Revelada

1.1. Competitividade Internacional

Na análise das trocas internacionais é fundamental procurar conhecer os fatores que a influenciam. Apesar de existir uma certa insatisfação com a teoria clássica de comércio internacional para explicar a competitividade dos países, com base em suas vantagens comparativas, essa metodologia é importante, como medida inicial, para identificar o desempenho dos países participantes no comércio internacional de determinado produto, necessitando ser complementada com métodos que apropriem outras variáveis condicionantes.

Esses métodos adicionais devem incorporar conceitos relacionados a segmentação de mercados, diferenciação de produtos, tecnologias diversificadas e economias de escala. Porter (2004), em sua teoria sobre a vantagem competitiva das nações, destaca a existência de três ambientes de competitividade, o primeiro é o empresarial, que engloba as ações de gerenciamento da própria firma; o segundo ambiente é denominado de estrutural, que envolve as relações que a empresa vai estabelecer com os demais agentes participantes do mercado (consumidores, concorrentes, etc.) e; o terceiro é o ambiente sistêmico, que abrange as políticas governamentais.

A eficiência operacional e a estratégia são elementos essenciais para o desempenho superior das empresas frente a seus concorrentes. A forma como as empresas podem enfrentar as forças presentes no mercado de maneira satisfatória está relacionada a três abordagens estratégicas genéricas: liderança no custo total, diferenciação e enfoque (PORTER, 2004). No caso de produtos agrícolas, em razão de o estabelecimento da diferenciação ser mais difícil, a liderança nos custos tem se mostrado como uma alternativa mais acessível às empresas.

Para a OCDE, citado por Coutinho e Ferraz (1993), a inovação tecnológica, a organização empresarial e o uso apropriado do capital humano representam um dos mais importantes pilares da competitividade. O outro pilar principal seria dado pelos determinantes associados a preços e custos. Observa-se, assim, que:

“A análise da competitividade internacional, à luz das vantagens competitivas, inclui, entre os fatores determinantes, os preços relativos. Em economia, os preços relativos são dados pela função do preço de um bem no mercado estrangeiro em relação ao preço desse mesmo bem no mercado doméstico. Os fatores determinantes dessa diferença entre os preços relativos são os mais diversos: vão desde a capacidade produtiva da indústria até o valor da moeda de um país no mercado internacional, inclusive suas políticas de comércio” (DIAS, 2007, p.43)

Verifica-se, então, que existe uma grande diversidade de estudos e conceitos teóricos relacionados a determinação da competitividade e, por isso, vários autores recomendam o uso de diferentes indicadores para medidas de competitividade.

Quanto a abrangência, o conceito de competitividade pode ser aplicado em diversos níveis, desde uma nação até um produto. Em geral, a capacidade competitiva das empresas confere a competitividade de uma nação, e pode ser definida como sua capacidade de desenvolver e sustentar vantagens competitivas que lhe permitam enfrentar a concorrência. A elevação da competitividade de uma nação deve ter por objetivo primordial a melhoria do padrão de vida de sua população (ESTEVES FILHO, 1991). Para Coutinho e Ferraz (1993), a abrangência pode ser classificada como empresarial, setorial e sistêmica.

A competitividade empresarial é afetada por fatores internos e externos. Em nível interno, a competitividade é afetada pelas decisões estratégicas, traduzidas em políticas de investimento, tecnologia, marketing, gestão da produção, financeira, recursos humanos, etc. Do ponto de vista externo à empresa, políticas macroeconômicas, de infra-estrutura econômica, institucionais, regulatórias (propriedade intelectual, defesa do consumidor, por exemplo), sociais (política salarial, seguridade social, etc.) e outras constituem questões centrais para o desenvolvimento da competitividade das empresas e da nação (ESTEVES FILHO, 1991). As relações comerciais do país, através de acordos e participação em blocos, permite negociações que podem facilitar a inserção ou maior participação das empresas no comércio externo, e o fluxo de tecnologias, conhecimentos e recursos diversos.

Coutinho e Ferraz (2003) consideram, ainda, um terceiro conjunto de fatores estruturais, relacionados com o ambiente produtivo e comercial vivenciado pela empresa e que estão parcialmente fora de sua influência e poder de controle. Esses fatores envolvem as características dos mercados consumidores (demandas dos consumidores, forma e custo de comercialização), configuração do setor industrial (grau de diversificação, verticalização, concentração, escalas de operação) e as políticas de concorrência a que a firma está sujeita (sistema tributário, conduta e estrutura empresarial, propriedade dos meios de produção).

Estes grupos de fatores (internos, externos e estruturais) são os que interagem para a determinação da competitividade da empresa, da indústria e do país, determinando o caráter sistêmico. Os fatores de competitividade conferem às empresas maior ou menor capacidade de competir com seus concorrentes, segundo esses fatores se apresentem como favoráveis ou desfavoráveis ao seu desempenho no mercado.

Para Sousa *et al.* (2009), citando trabalho de Ferreira-Neto (2005), a competitividade de um país está relacionada ao comportamento de um conjunto de fatores, entre os quais podem ser citados os seguintes: tecnologia disponível e sua forma de aplicação; preços internos dos insumos do país exportador; taxa cambial; custos relacionados a transporte; a estrutura de incentivos, barreiras tarifárias e barreiras não tarifárias presentes nos países importadores, aspectos relacionados à qualidade e imagem do produto, diferenciação do produto, economias de escala, assimetrias de mercado, entre outros. Verifica-se, assim, que o processo de competitividade no mercado internacional acontece em um ambiente de concorrência imperfeita (DIAS, 2007).

1.2. Análise da Competitividade

Quanto à análise de competitividade, destacam-se estudos do tipo *ex-post*, que avaliam a situação atual de competitividade, e *ex-ante*, relacionados com a capacidade de longo prazo para competir. Na abordagem *ex-post*, de caráter estático, procura-se avaliar a competitividade a partir de seus efeitos e resultados. Os principais indicadores de competitividade utilizados na abordagem *ex-post* são: volume de exportação, participação no mercado e participação na balança comercial. Pela ótica *ex-ante*, a avaliação é pelo lado das causas ou fatores determinantes, investigando, de forma dinâmica, a capacidade das empresas e países em manter ou ampliar posições competitivas nos mercados doméstico e internacional (ESTEVES FILHO, 1991). As duas abordagens são consideradas complementares entre si, devendo-se utilizar a combinação das mesmas para que se obtenha uma análise mais completa do contexto competitivo.

Coutinho e Ferraz (1993), por sua vez, classificam os indicadores de competitividade em três tipos: de desempenho, de eficiência e de capacitação. Os indicadores de desempenho focalizam as formas em que a competitividade se manifesta. Podem ser relativos, quando construídos tendo por base os fluxos observados de comércio, ou absolutos, quando comparam o desempenho do país com seus concorrentes. Os relativos são também denominados de indicadores de competitividade revelada (BNDES, 1992; citado por FERREIRA, 1998).

Os indicadores de eficiência e capacitação vinculam-se a fatores explicativos do desempenho econômico de empresas, setores e países. Os indicadores de eficiência são associados a preços e custos dos bens e serviços, incluindo a produtividade dos fatores de produção. Os indicadores de capacitação relacionam-se aos determinantes do sucesso competitivo como avanços tecnológicos, organização empresarial, cooperação interfirma, investimentos em capital humano e outros.

2. METODOLOGIA

Para este estudo, foi utilizada a abordagem *ex-post*, que caracteriza o desempenho competitivo dos países exportadores, associando a posição competitiva de um país à sua atual posição no mercado internacional. Foram usados os indicadores de desempenho absoluto e relativo para caracterizar a trajetória de exportação dos países, nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do novo século.

2.1. Indicadores de Desempenho Absoluto

a) Volume de Exportação

Representa a evolução do volume total de castanha-do-brasil de amêndoas com casca, amêndoas descascadas (desidratada e *in natura*) e total de amêndoas exportado pelos países produtores no período 1970-2007. Para determinação de volumes totais (equivalente com casca *in natura*), os quantitativos sem casca e com casca desidratada foram convertidos para amêndoa *in natura* com casca, na proporção de 3: 1 e 2:1, respectivamente. Utilizou-se da análise gráfica para avaliação do desempenho dos países.

b) Participação no Mercado

Os volumes de exportação foram relativizados para cada país, tendo como base o volume total. Os resultados permitem a comparação do desempenho exportador dos três maiores países produtores. A análise gráfica também foi utilizada para avaliação do desempenho dos mesmos.

2.2. Indicador de Desempenho Relativo

a) Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

A perda de participação de um país num determinado mercado leva à necessidade de verificar o padrão da mudança na estrutura comercial e identificar os fatores que definem essas mudanças. O indicador de Vantagem Comparativa Revelada é uma das medidas que pode identificar a trajetória dessa dinâmica. Balassa, citado por Coutinho e Ferraz, 1993, definiu diversos indicadores de VCR. Neste trabalho foi utilizado um desses indicadores, denominado por aquele autor como I_I , que considera os valores de exportação. Esse indicador de VCR pode ser definido como:

$$I = (X_{cp} / X_{ap}) / (X_{cm} / X_{am})$$

sendo: X : as exportações; c : o setor de castanha-do-brasil; p : o país; a : setor de agroindustrial castanha-do-brasil; m : o conjunto dos países produtores e exportadores de castanha-do-brasil. Assim, (X_{cp} / X_{ap}) representa a parcela das exportações de castanha nas exportações totais de cada país e (X_{cm} / X_{am}) representa a parcela das exportações de castanha nas exportações totais do conjunto de países exportadores. Deveriam ter sido utilizado os valores de exportação agroindustriais totais de cada país como referência. No entanto, devido ao fato de não se dispor de valores de exportação dos países com desagregação ao nível de agroindústrias, foram utilizados os valores totais de exportação.

O indicador de VCR pode ser interpretado como sendo a relação entre o peso das exportações do setor em questão nas exportações totais de cada país e o seu peso nas exportações totais da região de referência. As vantagens comparativas de um determinado setor seriam reveladas pela sua participação na pauta do país estudado em relação a sua participação na pauta regional ou conjunto de países envolvidos (Coutinho e Ferraz, 1993).

O país terá vantagem comparativa no produto, quando o indicador I for maior que a unidade (FERREIRA, 1998).

O indicador foi calculado para cada país, no período 1997-2007, para caracterizar a evolução do padrão de vantagem comparativa. Nesse período ocorreram as maiores alterações no mercado internacional do produto.

3. RESULTADOS

Com base no referencial descritivo e analítico, são apresentados os resultados dos indicadores selecionados.

3.1. Indicadores de Desempenho Absoluto

a) Volume de Exportação

A evolução do volume de exportação total de castanha-do-brasil pelos três países exportadores estão apresentadas na Figura 1. Verifica-se a queda gradual das exportações brasileiras desde os anos 1970, enquanto que as exportações bolivianas deram um acentuado avanço a partir de 1998.

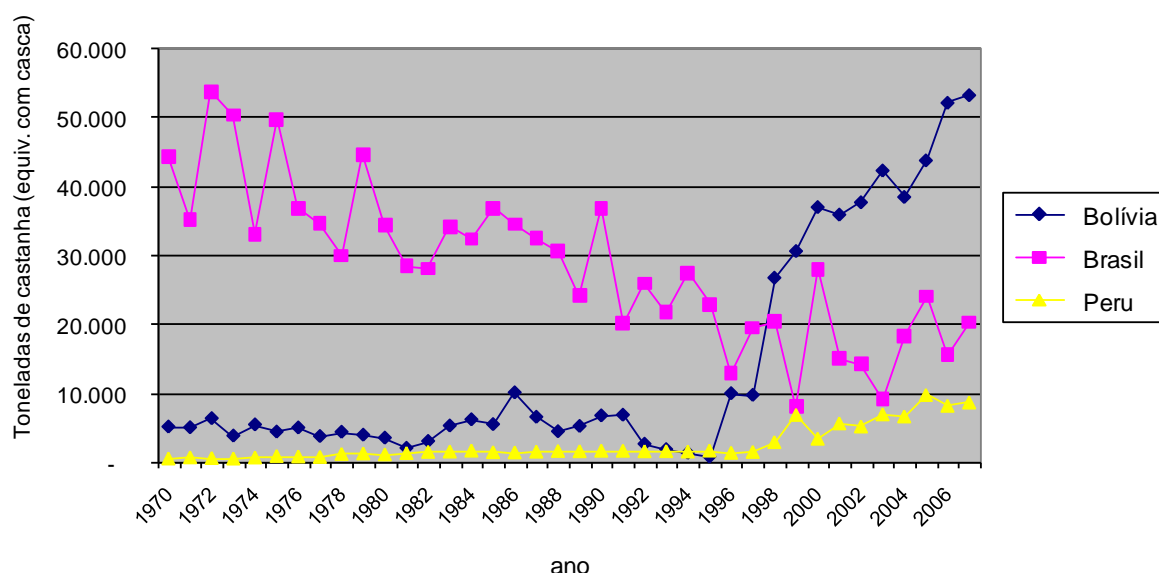


Figura 1. Exportações mundiais totais de castanha-do-brasil. 1970/2007

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da FAO (2010).

A Figura 2 apresenta o desempenho dos países na exportação de castanha com casca. Verifica-se novamente a queda gradual das exportações brasileiras ao longo do período e chama a atenção uma importante mudança no comportamento de Bolívia e Peru, que tiveram uma acentuada redução nas exportações de castanha com casca a partir de 1998, praticamente deixando de realizar esse tipo de exportação.

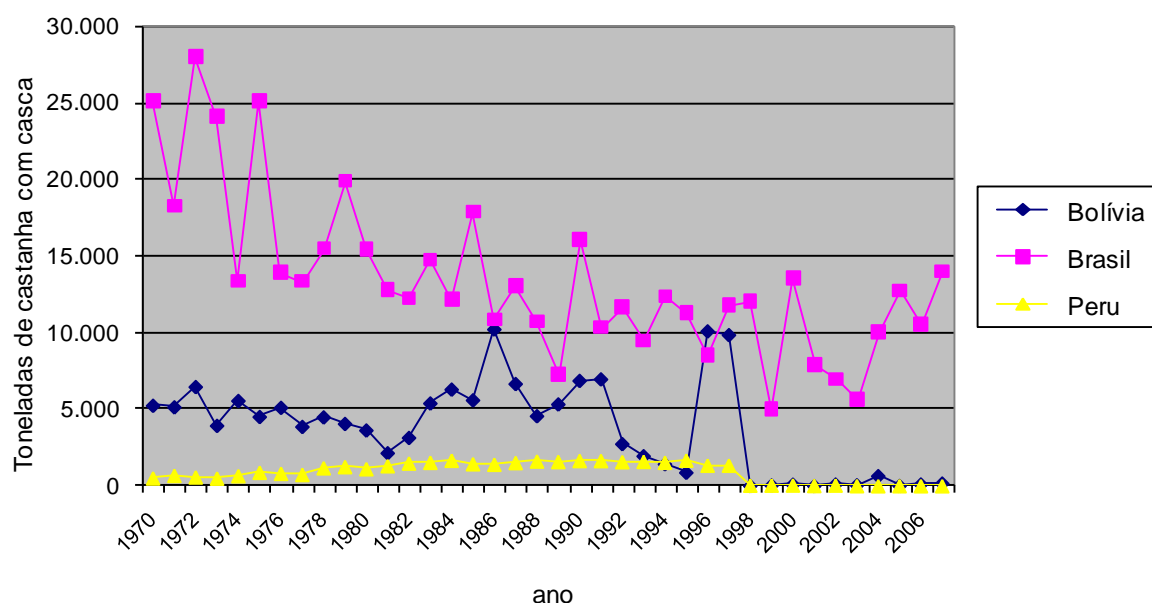


Figura 2. Exportações mundiais de castanha-do-brasil com casca. 1970/2007

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da FAO (2010).

Na Figura 3 são apresentadas as exportações de castanha sem casca. Pode-se verificar que Peru e especialmente a Bolívia apresentam uma brusca elevação de exportações a partir de 1998. Combinando as Figuras 2 e 3, deduz-se que os dois países deixaram de exportar castanha com casca para exportar o produto descascado. De outro modo, verifica-se que o crescimento do volume de exportações de castanha sem casca pela Bolívia é muito superior a redução das exportações de castanha com casca. Considerando a baixa elasticidade de produção, ou seja, a capacidade de elevação de produção a qualquer tipo de estímulo, devido ao caráter extrativista do sistema produtivo, fica evidente que a Bolívia passou a importar castanha com casca, processar e exportar o produto descascado. Verificando as exportações brasileiras, que apresentam queda tanto nas vendas externas de castanha com casca quanto de castanha sem casca nesse período, sugere-se uma forte evidência de que o Brasil passou a ser o fornecedor do produto com casca para a Bolívia. No entanto, registros não aparecem nos primeiros anos dessa ocorrência.

Como fatores explicativos das reduções nas exportações brasileiras e do forte incremento no desempenho da Bolívia, existe a hipótese da influência da mudança na legislação da União Européia, que estabeleceu maior rigor relacionado a contaminação de alimentos por aflatoxina¹, entre os quais a castanha importada do Brasil. Essa legislação passou a vigorar em 1999², mas pode ter efeitos em anos anteriores.

¹ Aflatoxinas são toxinas sintetizadas por fungos do gênero *Aspergillus*, que contaminam diversos alimentos, incluindo a castanha-do-brasil. Essas toxinas têm elevado poder carcinogênico (Willians e Wilson, 1999).

² A nova regulamentação da União Européia (1999) estabeleceu em 4 ppb o nível máximo de contaminação por aflatoxinas para alimentos (Willians e Wilson, 1999).

Verifica-se que as indústrias processadoras boliviana e peruana tiveram maior capacidade de se ajustar às novas exigências da demanda dos países importadores, no caso da União Européia, do que a indústria brasileira. Esse resultado é corroborado pelo desempenho das exportações de castanha sem casca e complementado pela informação obtida junto ao Ministério da Agricultura do Brasil, de que vários lotes de castanha exportado pelo País nos últimos anos tem sido *rechaçados* (termo usado para devoluções de exportações), principalmente pela União Européia. Ferreira (2002) afirma que barreiras sanitárias impostas por países europeus têm dificultado as exportações brasileiras, especialmente de castanha com casca.

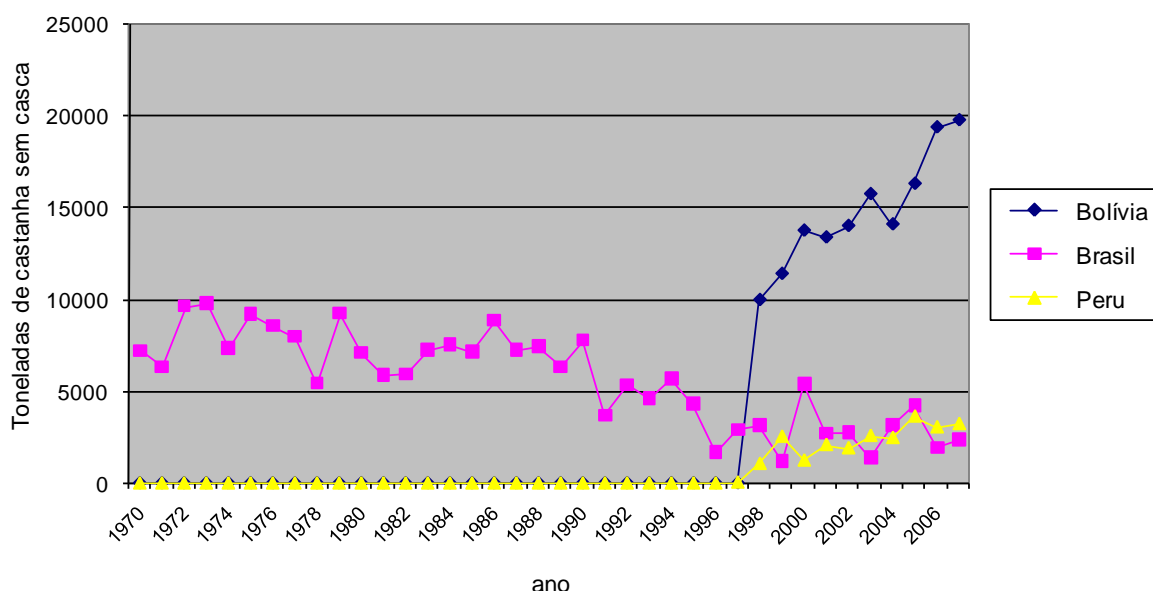


Figura 3. Exportações mundiais de castanha-do-brasil sem casca. 1970/2007
Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da FAO (2010).

b) Participação no Mercado

Os volumes totais de exportação relativa para cada país estão representados na Figura 4. Os resultados são consistentes com o desempenho dos países nas quantidades totais exportadas. O Brasil apresenta tendência de queda gradual ao longo das décadas de setenta e oitenta, crescimento na primeira metade da década de noventa e, em seguida, queda acentuada até o final do período analisado. A Bolívia, por sua vez, apresenta comportamento inverso do Brasil e o Peru mostra estabilidade de participação ao longo de todo o período.

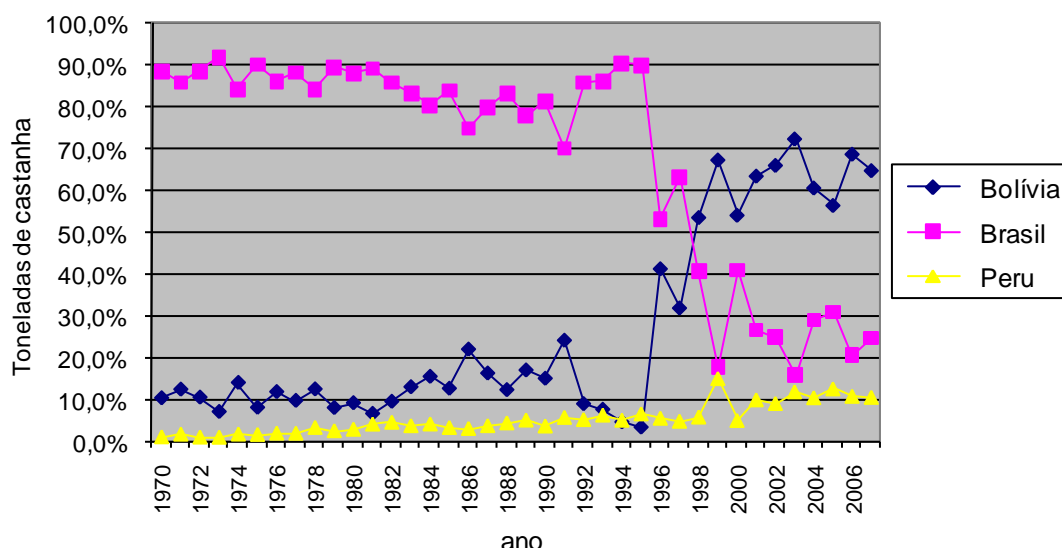


Figura 4. Participação relativa dos países nas exportações totais de castanha-do-brasil. 1970-2007

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da FAO (2010).

3.2. Indicador de Desempenho Relativo

a) Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

Os indicadores obtidos para os países exportadores, considerado o período 1997-2007, são apresentados na Tabela 2. Os valores demonstram a importância relativa das exportações da indústria de castanha-do-brasil de cada país em comparação com as exportações mundiais. Índices maiores indicam maiores vantagens comparativas para o país. A análise evolutiva do indicador de VCR possibilita verificar as mudanças no mercado exportador de castanha-do-brasil.

Os resultados do indicador de VCR mostram que a Bolívia apresentou vantagens comparativas muito superiores ao Brasil como exportador de castanha-do-brasil. Os indicadores para a Bolívia sempre se mantiveram muito acima do valor de referência (1,0) e para o Brasil sempre abaixo desse valor.

No caso do Peru, verifica-se uma semelhança, em termos de competitividade, em relação ao Brasil e desempenho muito inferior ao da Bolívia. Essa equivalência com o Brasil pode ser corroborada com o fato de o Peru não ter obtido maiores proveitos com o declínio do desempenho brasileiro, diferente do que ocorreu com a Bolívia, que obteve maior inserção no comércio externo do produto.

Os resultados demonstram, ainda, que as exportações de castanha têm peso relativo nas exportações totais bolivianas muito superiores aos das exportações totais brasileiras e peruanas. Willians e Wilson (1999) afirmam que a castanha-do-brasil representa cerca de 70%

da base econômica da região norte da Bolívia, o que demonstra a importância do setor para aquele País.

Tabela 2. Indicadores de vantagem comparativa revelada para países exportadores de castanha-do-brasil. 1997 a 2007

Ano	País		
	Bolívia	Brasil	Peru
1997	28,2	0,53	0,03
1998	28,1	0,46	0,64
1999	32,6	0,26	1,40
2000	26,8	0,49	0,49
2001	33,1	0,31	0,86
2002	33,3	0,33	0,80
2003	35,7	0,23	1,09
2004	32,7	0,29	1,01
2005	29,0	0,32	1,15
2006	29,7	0,22	0,84
2007	28,4	0,26	0,83

Fonte: Dados da pesquisa.

Levando em conta os indicadores de competitividade de forma conjunta, a abordagem ex-post mostra que a Bolívia tem obtidos ganhos de competitividade no comércio, na medida em que apresenta uma evolução nas suas posições como exportador, enquanto que o Brasil perdeu espaço nesse mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho competitivo brasileiro no mercado internacional de castanha-do-brasil tem sido declinante, especialmente a partir do final dos anos 1990. Com isso, o País tem tido redução nas exportações e na participação no mercado mundial.

A Bolívia apresentou vantagens comparativas muito superiores ao Brasil e ao Peru, no período analisado e obteve ganhos significativos no mercado internacional, passando a substituir o Brasil como principal fornecedor mundial da amêndoa.

Devido ao caráter não explicativo da análise *ex-post* realizada, sugere-se a realização de estudos que avaliem os fatores determinantes da perda de competitividade brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINSON, C.; BURNETT, D.; AGREDA, V. **Economic viability of brazil nut trading in Peru**. University of Greenwich, NRET, UK, 2000. 62p. (NRET, Report 2520).



COUTINHO L. G.; FERRAZ J. C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, IE/Unicamp, 1993. 198 p. (Nota Técnica)

DIAS, J. G. **Abordagens sobre competitividade internacional: um estudo dos fatores que contribuíram para o crescimento do setor de exportações do setor calçadista cearense**. Fortaleza: UNIFOR, 2007. 184 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, 2007.

ESTEVES FILHO, M. (Coord.). **Competitividade: conceituação e fatores determinantes**. Rio de Janeiro, BNDES, 1991. 27p. (Texto para Discussão, 2).

FERREIRA, A. V. **Indicadores de competitividade das exportações agroindustriais brasileiras, 1980-1995**. Viçosa: UFV, 1998. 114 p. Tese (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, 1998.

FERREIRA, P. R. **Castanha: A Bolívia é uma das causas da crise**. Revista Agroamazônia, Belém, 2002. Disponível em :<<http://www.revistaagroamazonia.com.br/castanha1.htm>>. Acesso em: 15 de julho de 2002.

FARIA, H. **Castanha: Exportações caíram 62%**. Revista Agroamazônia, Belém, 2002. Disponível em :<<http://www.revistaagroamazonia.com.br/castanha.htm>>. Acesso em: 15 de julho de 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Statistics**. Disponível em : www.fao.org. Acesso em: 20 de março de 2010.

MACIEL, R. C. G.; REYDON, B. P. Produção de castanha-do-brasil certificada na Resex Chico Mendes: impactos e avaliações. In: Congresso Brasileiro da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2008. Acre. **Anais ...** Acre: SOBER, 2008, p.1-21.

PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004, parte I, capítulo 02.

SOUSA, E P.; SOARES, N. S.; CORDEIRO, S. A.; SILVA, M. L. Competitividade da produção de palmito de pupunha (*Bactris Gasipaes* Kunth.) no Brasil. In: Congresso Brasileiro da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2009. Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: SOBER, 2009, p.1-17.

SOUSA, W. P.; FERREIRA, L A. Os sistemas agrários com castanha-do-brasil (*Bertholletia Excelsa* H.B.K.) na região sul do Estado do Amapá. **Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v.2, n.3, jul/dez 2006, p. 217 – 246.



WILLIAMS, J.; WILSON, D. **Informe sobre el problema de aflatoxina de la castaña (*Bertholletia excelsa*) en Bolívia.** Santa Cruz: BOLFOR, 1999. 31p. (Informe Técnico, 71)